

Estatal das emendas sob Lula beira o auge de Bolsonaro

Emendoduto sob Lula beira auge de Bolsonaro com impacto na eleição

Codevasf fez licitações de mais de R\$ 5 bilhões em um ano para distribuir obras e produtos a redutos de congressistas via emendas

Flávio Ferreira

SÃO PAULO O governo Lula (PT) manteve o uso da estatal Codevasf como um emendoduto para que deputados e senadores despendam em seus redutos políticos milhares de metros de asfalto, caminhões, máquinas pesadas, tratores e equipamentos neste ano de eleições municipais.

A manobra de envio de recursos de emendas parlamentares à estatal foi usada em larga escala no governo Jair Bolsonaro (PL) e, em 2024, poderá favorecer candidatos aliados de congressistas e desequilibrar as disputas locais. Levantamento da Folha mostra que no primeiro ano de Lula a Codevasf fez licitações para obras e produtos no valor de mais de R\$ 5 bilhões, perto do de 2021, último ano pré-eleitoral sob Bolsonaro.

Mais de um terço (R\$ 1,9 bilhão) do valor das concorrências com resultados já publicados em 2023 foram para obras de pavimentação e recapamento, serviços que não estão na vocação histórica da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), que é promover projetos de irrigação e segurança hídrica no semiárido brasileiro.

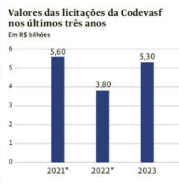
As licitações são o primeiro passo do emendoduto, pois viabilizam formalmente a aquisição dos serviços e produtos pela Codevasf. Em seguida, já sabedores do que a estatal pode oferecer, parlamentares escolhem as obras e produtos que serão financiados com suas emendas.

Para facilitar a destinação dos recursos, a Codevasf criou um catálogo que reúne um impresso comercial de empresas privadas e revendedores. Nessa espécie de lista para políticos, a etapa seguinte para os congressistas é enviar ofícios à Codevasf indicando os valores das emendas que irão à estatal, quais serviços e produtos serão financiados e quais prefeituras ou entidades serão favorecidas.

A partir daí, a empresa odota os recursos públicos e seu pessoal para executar as orientações dos políticos, baseadas em critérios de "toma lá dá cá" em emendas locais ou programas de governo. A Codevasf foi entregue por Bolsonaro a partidos do centro em troca de apoio político ao governo dele e a estatal cresce com contratos e expansão de área de atuação — tudo sem planejamento e com controle precário de gastos. A estatal se transformou num dos principais instrumentos para escoar emendas. O modelo se repete na gestão Lula.

Na transição entre governos, no fim de 2022, setores do PT e aliados defenderam que a estatal voltasse a priorizar suas funções originais. O então coordenador dos grupos técnicos da transição de governo, Aloizio Mercadante (PT), chegou a dizer que "não pode pulverizar em asfalto quando não tem defesa civil. Não pode jogar recursos em pequenas obras, quando não tem Operação Carro Pipa ou oferta de água, abastecimento de grandes cidades. Mais uma vez estamos vendo total colapso orçamentário, desestruturação de políticas públicas". Mas, na prática, o balanço das licitações sob Lula indica que a empresa segue a trilha deixada por Bolsonaro. O

Licitações da estatal Codevasf no primeiro ano do governo Lula

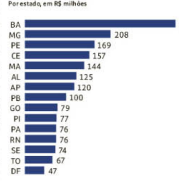


* Valores corrigidos pela IPCA

Serviços e produtos licitados pela Codevasf em 2023



Licitações de pavimentação e recapamento de Codevasf em 2023



Fonte: Sites da Codevasf e do Portal de Compras do Governo Federal

Atual governo inclusive manteve o presidente da estatal nomeado na gestão anterior por indicação do deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil-BA), aliado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

A Folha analisou informações publicadas em sites oficiais de cerca de 570 licitações lançadas em 2023 pela estatal. Elas mostram que a soma dos valores das concorrências da Codevasf já com vencedores vai a cerca de R\$ 5,3 bilhões.

A quantia supera, em valores absolutos, os montantes das concorrências da Codevasf sob Bolsonaro — de 2021, que foi de cerca de R\$ 5,1 bilhões, e de 2022, que foi de R\$ 3,7 bilhões. Mas a correção monetária pelo IPCA coloca 2021 à frente no ranking da estatal, com R\$ 5,6 bilhões.

No atual governo e no anterior os números foram puxados pelas obras de pavimentação e recapamento.

Sob Lula, os maiores valores das licitações foram nos estados da Bahia (R\$ 960 milhões), Minas Gerais (R\$ 288 milhões), Pernambuco (R\$ 169 milhões),

Ceará (R\$ 157 milhões), Maranhão (R\$ 144 milhões), Alagoas (R\$ 143 milhões) e Amapá (R\$ 122 milhões).

A maioria dessas concorrências foram para assinatura de contratos "guarda-chuva", nos quais a empresa vencedora se compromete a fechar preço por metro quadrado sem saber onde e em que condições a obra deverá ser feita, o que abre brechas para discrepâncias nas cotações e irregularidades na execução dos serviços.

Chamado de sistema ou ata de registro de preços, esse mecanismo em que as obras podem ser orçadas como se fossem um serviço de colocação de piso em uma casa falvou de críticas e investigações de integrantes do TCU (Tribunal de Contas da União), da CGU (Controladoria Geral da União) e da Polícia Federal.

Além de pavimentação e recapamento, a lista das obras e produtos licitados em 2023 ainda traz compras de caminhões e veículos (R\$ 850 milhões), retroescavadeiras e outras máquinas pesadas (R\$ 650 milhões), tratores e implementos agrícolas (R\$ 450 milhões) e reservatórios de água (R\$ 160 milhões).

A estatal fez concorrências para construir quadras esportivas (R\$ 230 milhões), poços artesianos (R\$ 210 milhões) e pontes (R\$ 200 milhões).

Governo refuta 'emendoduto' e estatal diz ser transparente

OUTRO LADO Procurador da Folha, o Palácio do Planalto afirmou que "a Codevasf não paga apenas emendas, portanto, não é racional caracterizá-la como 'emendoduto'. Mais de 60% do recurso disponível para licitação a ser executado na Codevasf em 2023 é referente a despesas do governo federal. No total, estão incluídos no orçamento de 2023 mais os restos a pagar (RAP), que são referentes a anos anteriores". Segundo o governo, "dos cerca de 45% restante, metade é destinada ao pagamento de emendas de execução impositivas que têm previsão constitucional, portanto, a execução é obrigatória. A outra metade são emendas não impositivas, mas previstas pelo Congresso Nacional no orçamento".

Estas despesas não são criadas pelo Executivo e, pela lei, ele não pode alterar a programação orçamentária, que só pode mudar com a aprovação do projeto de lei pelo Congresso, de acordo com o Planalto.

"Considerando o orçamento, as regras fiscais, o limite de gasto, a meta de resultado primário, o recurso foi executado de acordo com a programação feita pelo Congresso", completou.

A Codevasf disse que suas ações estão alinhadas à missão de promover desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável e suas linhas de negócio são segurança hídrica, agricultura irrigada, economia sustentável, estruturação de cidades e planejamento regional e inovação.

Segundo a estatal, o orçamento "é executado de modo transparente, com procedimentos que assegurem economia e eficiência" e as contratações são realizadas segundo recomendações de órgãos de fiscalização e controle.

Considerando o orçamento, as regras fiscais, o limite de gasto, a meta de resultado primário, o recurso foi executado de acordo com a programação feita pelo Congresso

Codevasf em nota respondendo sobre as emendas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4